[Recensão a] MUIR, Edward - The Culture Wars of the Late Renaissance. Skeptics, Libertines, and Opera

Autor(es): Gouveia, Jaime Ricardo

Publicado por: Centro de História da Sociedade e da Cultura

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/39606>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/1645-2259_9_15

Accessed : 26-Apr-2023 10:53:58

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

9
2009

R

evista de História da Sociedade e da Cultura

Centro de História da Sociedade e da Cultura
Universidade de Coimbra

Coimbra

MUIR, Edward - *The Culture Wars of the Late Renaissance. Skeptics, Libertines, and Opera*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2007, 175 p.

Edward Muir é especialista em História social e cultural de Itália no Renascimento e lecciona na Northwestern University (Chicago, USA). Depois de ter publicado *Il rituale civico a Venezia nel Rinascimento* (Roma, 1984), e *Riti e rituali nell'Europa moderna* (Scandicci, 2000), deu à estampa o volume que aqui se apresenta.

O âmbito analítico deste livro incide sobre os conflitos ideológico-intelectuais relacionados com o cepticismo filosófico, materialismo científico e libertinismo literário, que tiveram intenso reflexo na vida cívica veneziana do período tardo-renascimental. “Guerras culturais”, assim lhe chama Muir, como resultado de uma contraposição da liberdade à ordem e da inovação à tradição, iniciadas em 1591 com a agitação dos estudantes de Pádua contra o colégio jesuíta local, e esmorecida, a partir de 1660, com a extinção da Academia dos Incógnitos. Período que o autor denomina de “proto-iluminismo”, decorrente da situação política da República de Veneza, a qual, no âmago do mundo católico, constituía um dos mais importantes campos de batalha intelectual e um dos centros mais fortes da oposição à extensão da autoridade papal. “Guerras culturais”, em cuja arena se enfrentavam, de um lado, os jesuítas e a Inquisição Romana (defensores da ortodoxia católica) e, do outro, os filósofos cépticos da Universidade de Pádua e os teóricos libertinos da Academia dos Incógnitos, cujas ideias eram disseminadas pelos círculos cortesãos, designadamente através da ópera.

No primeiro capítulo, o autor enceta uma incursão pela intensa rivalidade entre o colégio jesuíta e a Universidade de Pádua, sustentando que o problema emergira de uma diferente concepção de educação que, por sua vez, se reflectira numa proposta alternativa de conhecimento. Deste segundo nível de disputas ditas “pedagógicas”, entre a Teologia e a Filosofia em torno de Aristóteles, relativamente a questões como a imortalidade da alma, Muir parte para o antagonismo entre a ciência experimental de Galileo e o dogmatismo religioso. Segue em busca das influências aristotélicas em Cesare Cremonini, professor de Filosofia Natural em Pádua (1591-1631), em torno do qual gravita este capítulo. Encontra-as no entendimento

cremoniniano da natureza do conhecimento humano, da relação entre a lógica e a experiência, bem como o problema da imortalidade da alma, aquele que mais despertara a atenção do Santo Ofício. Cremonini desenvolve a teoria céptica, segundo a qual, nenhum autor, nem nenhum texto antigo forneciam uma verdade universal válida.

Esclarece Muir que as emblemáticas dissensões académicas, de que foram protagonistas Cremonini e Galileu, não obscurecem os pontos de contacto, designadamente no que toca ao ceticismo anticonvencional; o terem sido co-fundadores da *Accademia dei Ricoverati*, destinada a discutir temas religiosos e morais; bem como a luta contra a tentativa inacciana de fundar um colégio alternativo. A reputação da Universidade de Pádua, espinha dorsal da vida intelectual veneziana, era notória, tornando-se a mais célebre da Itália de então, como resultado da protecção política à produção científica, à existência de um corpo docente reduzido, extraordinariamente bem pago e seleccionado mediante um processo que inibia o favoritismo e a corrupção.

O interesse de Muir em Cremonini, não se prende com a necessidade de esboçar uma hagiografia historiográfica dos religiosos cépticos e da liberdade de pensamento. O propósito é o de explicar as repercussões do legado filosófico-intelectual céptico cremoniniano nas várias gerações de jovens libertinos da Veneza, da primeira metade do século XVII, e as novas cambiantes que daí advieram. Mais do que a sua própria interpretação de Aristóteles, Cremonini legou um “estilo intelectual” que, no campo dos valores morais e da ética sexual, era profundamente subversivo. Rapidamente transpôs os umbrais institucionais da Universidade, para se imiscuir nas actividades literária e teatral venezianas, de uma forma extravagante e, por vezes, escandalosa, sob o patrocínio da *Accademia degli Incogniti*.

O materialismo de Cremonini patenteia-se na retórica da subversão da ética e da moral, presente na produção literária dos *Incogniti*, a qual faz a apologia do paradoxal, extravagante, bizarro e, simultaneamente, com uma dose perfeita de ambiguidade que a acautelava do incriminatório. Isso mesmo ia ao encontro ao lema cremoniniano: “Pensa o que queres, mas diz somente o que pretendem ouvir de ti”.

O segundo capítulo gravita em torno da análise das tendências libertinas pós-Cremonini. Ferrante Pallavicino emerge, neste contexto, como figura

central, porquanto fora um dos percursores mais enérgicos do libertinismo e um atacante feroz dos pilares da ortodoxia católica, o que ditou a sua captura e decapitação em Avignon, no ano de 1644. A inclinação libertina dos *Incogniti*, muitos dos quais religiosos renegados, fundava-se numa leitura céptica de Aristóteles, florescida no tempo de Cremonini, porém, com uma obsessão pela sexualidade.

Arcangela Tarabotti, crítica do governo veneziano e do sistema social que o sustentava, nomeadamente o patriarcalismo e o monaquismo, é a segunda figura que Muir traz à colação neste capítulo, a par do conjunto de contradições que caracterizam a sua ligação à *Accademia degli Incogniti*. O objectivo é muito claro, advogar que, não obstante a atitude misógina de muitos dos “académicos incógnitos”, designadamente Pallavicino, Veneza, por ser uma cidade cosmopolita, comercial e o centro editorial destacado, constituía uma pequena *República das Letras*, que derivava de uma autêntica comunidade intelectual, no seio da qual se travavam as “guerras culturais” e onde cada geração exercia uma influência formativa na seguinte.

O terceiro e último capítulo pretende discutir o papel da ópera no universo das “guerras culturais”. Segundo Muir, ao contrário das representações teatrais tardo-renascentistas jesuítas, o *bel canto* foi um importante meio de difusão do libertinismo, uma vez que, não só era financiada pelos libertinos, como muitos foram autores de libretos. A associação da preocupação dos *Incogniti* em torno da sexualidade, à crise matrimonial do período, e a tradicional fusão entre teatro, sexualidade e Carnaval, aparece com o intuito de mostrar o papel central da ópera veneziana na difusão dos ideais libertinos. A “economia sexual florida” que, segundo Laura McGough, era apanágio da Veneza de Seiscentos, derivou, em parte, do fascínio da ópera pela prostituição e sexualidade feminina.

Muito embora no final dê a impressão de que as representações teatrais libertinas de Veneza no século XVII não podiam deixar de ser musicais, Muir acredita que o sucesso da ópera não se encontra no aspecto estético e musical. Todavia, muito poderia ser dito também acerca do papel pioneiro da música na delimitação de espaços alternativos de representação por oposição ao realismo do teatro falado e no processo de tornar crível o emocionalmente irracional.

Poder-se-á dizer que este livro, em termos formais, mantém o carácter conciso e ligeiro das palestras proferidas pelo autor e que lhe deram origem. Nele debatem-se questões novas e revisitam-se antigas. A capacidade de entrelaçar fenómenos culturais e campos disciplinares aparentemente díspares, permite uma nova compreensão da cultura libertina veneziana. Contudo, a interessante Introdução não tem correspondência no final, uma vez que, inexplicavelmente, Muir não apresenta conclusão.

A denominação de “proto-iluminismo” que Muir confere ao período estudado, como prefiguração da problemática cultural de Setecentos, é um dos contributos fundamentais deste livro. Torna-se agora mais perceptível como em Veneza existiu um importante período durante o qual os *Incogniti* não foram mais do que *proto-Illuminati*. Como época transitória, o “Outono do Renascimento” é em si mesmo contraditório e ambivalente. Entre as suas bandeiras encontramos não apenas o cepticismo religioso, a experimentação científica, a liberdade sexual, o direito das mulheres à instrução e à libertação dos pais, a presença feminina nos palcos teatrais e a sua vocalidade sedutora na ópera. Mas também, o ateísmo, a pederastia, a misoginia, a monogamia aristocrática, o monaquismo forçado e o patriarcalismo. Não obstante estas peculiaridades, traduzidas no facto da academia de Pádua ser a mais prestigiada de então, este estudo poderá aguçar o olhar analítico para outros territórios da Europa católica, com intuítos comparativos.

Outra das potencialidades da reflexão levada a cabo é a tese de que a compreensão do desenvolvimento da ópera em Veneza passa pelo entendimento da complexa dinâmica intelectual que emana dos debates surgidos no aludido período.

Ao conferir um protagonismo extremo a intelectuais exclusivamente italianos desta mini “República das Letras”, este livro poderá obscurecer outras figuras preponderantes da Universidade de Pádua. Ao não traçar um contexto e não fazer uma comparação com outros ambientes académicos e outras “guerras culturais”, enleiar-se-á no engodo de conceber o fenómeno como um exclusivo italiano, e concretamente, veneziano. Ao salientar o aristotelismo como matriz de um foco de pensamento que produz um novo quadro epistemológico, céptico e libertino, ortodoxo e anti-católico, não explora a ligação às ideias protestantes trazidas para Pádua por inúmeros

estudantes europeus e a reciprocidade de contactos entre a mais fina flor da elite veneziana e outros intelectuais europeus que, afinal, era uma das principais características da “República das Letras”.

Muir advoga também que a condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma *doxa* desinvestida das concepções dogmáticas católicas que, aliás, pretendia crivar com uma aura de dúvida e cepticismo, foi a liberdade intelectual patrocínada pela República de Veneza. A relativa agonia financeira dos jesuítas, a sua decadência como força social congregadora de consenso religioso que culminou com a sua expulsão da República veneziana (1606 e 1657) e o progressivo abrandamento da repressão, impregnaram um fulgor às ideias ortodoxas que tinham larga difusão nos círculos elitistas venezianos, sob os auspícios da *Accademia degli Incogniti* e da Ópera. Mas, se foi a aura de tolerância e liberdade em que Veneza estaria envolta que estimulou o *cogito* libertino e céptico, há uma série de questões que se impõe colocar. Porque é que a maioria das produções da *Accademia dos Incógnitos* eram anónimas? Como se explica a expressão máxima do costume libertino, mascarado, incógnito, que se traduzia numa acção “internamente segundo o desejo, externamente segundo a convenção social”? Uma vez que os jesuítas, principais defensores do pensamento antigo, ortodoxo, católico, foram expulsos da República, criando condições para o florescimento do cepticismo e libertinismo, não será o conceito de “guerras culturais” anacrónico? Se estes pleitos pressupunham uma dialéctica de debate, qual a resposta dos defensores da ortodoxia católica?

Outro dos aspectos que convém salientar é a economia da análise deste livro. Neste âmbito conceptual de “guerras culturais” criado por Muir, é evidente uma disparidade entre o tratamento quase exclusivamente centrado nas concepções heterodoxas, e a ténue atenção conferida às posições ortodoxas.

Parece-me, ainda, que as dissensões no seio da Universidade de Pádua terão ultrapassado o universo das figuras de Cremonini e Galileu, além de que no âmago da Companhia de Jesus poderão ter existido também divisões em torno das questões sobre as quais se debruça este livro. O seu tratamento viria muito a propósito.

Finalmente, convém não esquecer, que toda esta “guerra cultural” é analisada sob o ponto de vista apenas de uma franja da sociedade, designadamente as elites. Fica assim lançado uma espécie de repto para

a necessidade de estender essa análise aos restantes grupos da sociedade, bem como de verificar que eco teve o produto dessa “guerra” noutros espaços católicos europeus e que efeito surtiu no clero de então.

Jaime Ricardo Gouveia

Investigador do Instituto Universitário Europeu – Florença. Bolseiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português e da FCT.
jaime.teixeira@eui.eu

CARVALHO, Flávio Rey de - *Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Annablume, 2008. 135 p.

A pergunta contida no título desta obra seria, diríamos, ociosa se, na verdade, não houvesse quem continuasse a negar a existência de um iluminismo em Portugal. Mas, para responder a esta questão existe uma outra, prévia, clássica e fundamental: *O que é o Iluminismo?*

A resposta à primeira depende da resposta que for dada à segunda e que exprime um problema antigo e sempre vivo. Se ultrapassarmos e rejeitarmos a ideia de um paradigma iluminista situado na Europa do Norte e pelo qual tudo é medido, ideia que fez nascer a *lenda negra* da estagnação intelectual da Ibero-América e, como sequela em Portugal, a *lenda* da onipotência e modernidade exclusiva dos assim chamados “estrangeirados”, então poderemos afirmar que existe um iluminismo português. No tempo actual, em que o Iluminismo não é mais visto como uma unidade paradigmática ou como um movimento homogéneo, as análises sobre espaços e cronologias específicas tornam-se particularmente produtivas, na medida em que cada vez mais complexas e diferenciadas. Deste modo, a acentuação da variedade cronológica e geográfica oferece-nos a multiplicação de iluminismos plurais.

Mas, para isso, é preciso, por um lado, pôr o acento sobre a importância contínua da circulação que faz mover valores e símbolos e, por outro lado, demonstrar que os valores não vogam em toda a pureza no céu das ideias mas estão intimamente ligados às práticas culturais, sem as quais eles não podem compreender-se. O Iluminismo constituir-se-á, neste caso, como um processo